

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

ENTRE:

1

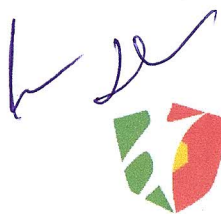
INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, I.P., adiante designado por “IPDJ,I.P.”, pessoa coletiva número [...], com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, 55, 1250-190 Lisboa, aqui representado por Dra. Lúdia Maria Garcia Rodrigues Praça,

e

Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores, adiante designada por **Confederação de Treinadores de Portugal** pessoa coletiva número 504425862 com sede na Rua Thomaz de Mello, nº2B, 2780-723 Paço d’Arcos, aqui representada pelo seu Presidente da Direcção, Pedro Sequeira

Considerando que:

- a) A prática desportiva se deve realizar em perfeita harmonia com os princípios da ética desportiva;
- b) O mais importante no desporto são os valores, as relações humanas, a inclusão social, a luta codificada, a igualdade de oportunidades, que transformam a prática desportiva num laboratório social;
- c) O Código da Ética no Desporto do Conselho da Europa para o “Fair play no desporto” é uma declaração de intenção aceite pelos Ministros europeus responsáveis pelo desporto que parte do princípio que as considerações éticas que estão na origem do fair play não são um elemento facultativo mas algo essencial a toda a atividade desportiva, toda a política e toda a gestão no domínio do desporto e que se aplicam a todos os níveis de competência e de envolvimento da atividade desportiva, e tanto nas atividades recreativas como no desporto de competição, fornecendo um sólido quadro ético destinado a combater as pressões exercidas pela sociedade moderna, pressões estas que se revelam ameaçadoras para os fundamentos tradicionais do desporto, os quais assentam no fair play, no espírito desportivo e no movimento voluntário;
- d) Nos termos do artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, com a epígrafe “Cultura física e desporto”, todos têm direito à cultura física e ao desporto e que incumbe ao Estado, em



**TREINADORES
PORTUGAL**



colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto;

- e) O princípio da ética no desporto se encontra expressamente previsto no artigo 3.º da Lei de bases da atividade física e do desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro;
- f) O artigo 30.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência determina que devem ser adotadas as medidas necessárias para que as pessoas com deficiência possam participar, em condições de igualdade com as demais, em atividades desportivas;
- g) A prática desportiva deve contribuir para a formação e desenvolvimento integral do cidadão, incluindo a aprendizagem e desenvolvimento dos princípios da ética, fundamentais ao exercício da cidadania, para a diversidade e inclusão social;
- h) A institucionalização do desporto (principalmente ao nível formativo e educativo) apenas se efetiva com respeito pelos princípios e valores que este encerra, principalmente no que respeita aos valores olímpicos;
- i) Tal desiderato apenas se pode atingir com a concepção e aplicação de um conjunto articulado, integrado e sistemático de ações;
- j) A Secretaria de Estado do Desporto e Juventude criou o Plano Nacional de Ética no Desporto que se consubstancia num conjunto de iniciativas estruturadas e planificadas, que visam promover os valores inerentes à prática desportiva, e que se traduzem no espírito desportivo, no que de mais nobre ele encerra;
- k) O objecto social da Confederação de Treinadores de Portugal consiste na representação e defesa dos interesses dos treinadores e técnicos de desporto junto dos organismos públicos e privados, quer nacionais, quer internacionais, na promoção e divulgação, coordenação e participação global no processo de formação de técnicos de desporto, e, ainda, na participação, atribuição e certificação dos níveis de formação dos técnicos de desporto;

- I) A Confederação de Treinadores de Portugal se empenha na valorização da carreira do Treinador em todas as suas variantes e valências, nomeadamente, através de ações focadas nas questões relacionadas com igualdade do género e integração de pessoas com deficiência ou excluídas e na promoção do estatuto dos Treinadores de todas as modalidades desportivas;

3

O IPDJ, I.P. e a **Confederação de Treinadores de Portugal** celebram o presente memorando de entendimento, nos termos seguintes:

1 – Objecto

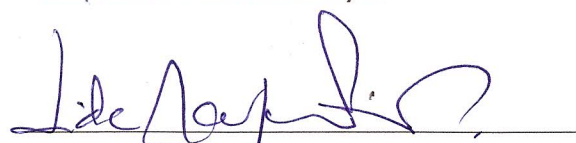
O presente memorando de entendimento visa servir de base para o estabelecimento de uma parceria entre o IPDJ, I.P. e a Confederação de Treinadores de Portugal para a promoção da Ética Desportiva em todos os eventos, ações, atividades e iniciativas organizadas pela Confederação de Treinadores de Portugal.

2 - Programa das ações a realizar:

- 1- Inclusão do símbolo do Plano Nacional de Ética no Desporto nas brochuras de divulgação de eventos e iniciativas da **Confederação de Treinadores de Portugal**;
- 2- Divulgação de material e conteúdos formativos do Plano Nacional de Ética no Desporto nos principais eventos da **Confederação de Treinadores de Portugal**;
- 3- Promoção e divulgação de iniciativas conjuntas no âmbito da ética no desporto, ações de formação e sensibilização.

Celebrado em Lisboa a 23 de Maio de 2016, em duplicado, assinadas e rubricadas pelas Partes.

Pelo **INSTITUTO PORTUGUÊS DO
DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.**



Lídia Prata
Vogal do Conselho Diretivo

Em substituição

Pela **CONFEDERAÇÃO DE TREINADORES DE
PORTUGAL**

